



PORTARIA N\xba 729/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTI\u00c7A DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribui\u00e7ões legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, al\u00ednea “g”, da Lei Complementar Estadual n\u00b0 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal n\u00b0 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO n\u00b0 024/2016, de 28 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem preju\u00edzo de suas atribui\u00e7ões normais, exercerem os encargos de Fiscal T\u00e9cnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condi\u00e7\u00e3o de titular e o segundo na condi\u00e7\u00e3o de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal da titular, do contrato a seguir:

Fiscal T\u00e9cnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	N\u00famero do Contrato	Objeto
Guilherme Silva Bezerra Matr\u00edcula n\u00b069607	Camilla Ramos Nogueira Matr\u00edcula n\u00b0108110	048/2017; 049/2017; 050/2017.	AQUISI\u00c7\u00e3O DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES DE INFORM\u00c1TICA, para atender as demandas do Minist\u00e9rio P\u00fabblico do Estado do Tocantins, conforme discrimina\u00e7\u00e3o prevista no Termo de Refer\u00eancia – Anexo I do Edital do Preg\u00e3o Eletr\u00f3nico n\u00b0 022/2017, Processo administrativo n\u00b0 2017.0701.00194, parte integrante do presente instrumento..

Art. 2º As atribui\u00e7ões de gest\u00e3o e fiscaliza\u00e7\u00e3o dever\u00e3o ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO n\u00b0 024/2016, de 28 de março de 2016

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTI\u00c7A DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 de outubro de 2017.


CLENAV RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justi\u00e7a